

RECURSO PARA HABILITAÇÃO EM PROCESSO LICITATÓRIO

Ilustríssimos Senhores da Comissão Permanente de Licitação, da Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL.

Ref.: Processo Licitatório nº 23087.002823/2013-95, Concorrência Nº 01/2013.

Construtora Santiago Ltda Epp, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.321.831/0001-30, Inscrição Estadual nº 0010591190079, sede na Rua Cel. Joaquim Firmino da Silva, 108 centro, Município de Nova Resende - MG, por seu representante legal **Tiago Ferreira Avelar**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador do RG nº 11.344.240 SSP/MG, CPF nº 056.378.466-00, residente da Rua João Silva, nº 265, centro, neste município de Nova Resende - MG, infra assinado, tempestivamente, vem, com fulcro no art. 109, I, b. §§ 1º a 4º da Lei nº 8666/93, à presença de Vossa Senhoria, a fim de interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO,

contra a decisão dessa digna Comissão de Licitação que inabilitou a recorrente, demonstrando os motivos de seu inconformismo pelas razões a seguir articuladas:

I-DOS FATOS SUBJACENTES

O fato de mais relevância para o presente recurso, trata-se da desclassificação do mesmo sob argumento de não cumprimento ao que determinou o Edital, especificadamente o item 29.2.

Ocorre que, essa decisão não se mostra consentânea com as normas legais aplicáveis à espécie, como adiante ficará demonstrado:

- De acordo com projeto em anexo, a CPL irá constatar que a obra que esta empresa executou é compatível com a obra licitada. No entanto, já houve participação em outras licitações com

características e complexidades construtivas à esta concorrência, inclusive nesta mesma entidade, onde a empresa foi habilitada apresentando os mesmos atestados de capacidade técnica.

- Este atestado ao qual me refiro tem a quantidade total de metros quadrados menor, porém é uma obra equivalente (uma empresa que constrói 1000,00 m² em três pavimentos constrói 1500,00m²).

II – DOS PEDIDOS

Por todo o exposto, requer-se seja julgado provido o presente recurso, com efeito para que, reconhecendo-se a ilegalidade da decisão hostilizada, e admita-se a habilitação do recorrente.

Outrossim, lastreada nas razões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão.

Nestes Termos
P. Deferimento

Nova Resende 05 de julho de 2013.

Tiago Ferreira Avelar
Recorrente